



CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS  
CONSELHO REGIONAL DE ÁFRICA

---

CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS  
ACTA NO. 3/ 2026 DA REUNIAO DO CONSELHO REGIONAL EM AFRICA  
DIAS 14 DE MARÇO DE 2026 E 15 DE MARÇO DE 2026 NA SALA DE CONFERÊNCIAS – HOTEL  
KUBATA, NELSON MANDELA AVENUE, WINDHOEK, REPUBLICA DA NAMIBIA

**PRESENTES**

1. Dr. Emídio de Sousa Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas
2. Dr. Rui do Carmo – Embaixador de Portugal na República da Namíbia
3. Dra. Raquel Bastos – Secretária Adjunta do SECP
4. Dr. Joel Coelho – Encarregado do Ensino da Língua Portuguesa
5. Eng. Paulo Valor – Adido Social – Embaixada de Portugal na República da África do Sul
6. Elizabete Serrão (áreas Consulares de Pretória e Joanesburgo) – Presidente do Conselho Regional em África / Membro da Comissão Temática para Questões Sociais, Económicas e Fluxos Migratórios.
7. Alexandre dos Santos (áreas Consulares de Pretória e Joanesburgo) – Secretário do Conselho Regional em África / Membro da Comissão Temática para Questões Consulares e Participação Cívica e Política.
8. Vasco de Abreu (áreas Consulares de Pretória e Joanesburgo) – Membro do Conselho Permanente.
9. Manuel Coelho (Namíbia) – Membro do Conselho Permanente
10. J.J Nóbrega Ascenso (Cabo Verde) – Membro da Comissão Temática do Ensino, Cultura, Associativismo e Comunicação Social
11. Rui dos Santos (Cidade do Cabo) - Membro Suplente da Comissão Temática para Assuntos Consulares e Participação Política e Cívica

**AGENDA**

1. Abertura e discurso da Presidente do CRA
2. Abertura Oficial os trabalhos da reuniao da CRA pelo SECP, Dr Emídio Sousa
3. Aprovação de Agenda
4. Apresentacao do Coordenador da Educacao do Ensino Portugues no Estrangeiro, Dr



CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS  
CONSELHO REGIONAL DE ÁFRICA

---

Joel Coelho

5. Apresentacao do Adido Social, Engenheiro Fernando Paulo Valor
6. Leitura e aprovacao da acta da reuniao presencial d CRA em Joanesburg, Abril de 2025
7. Apresentacao dos relatorios de actividades
8. Assuntos e Servicos Consulares
9. Assuntos Gerais
10. Propostas e Recomendacoes.

**Ponto 1 – Abertura e discurso da Presidente doCRA**

O discurso de abertura da Presidente do Conselho Regional das Comunidades Portuguesas em África destacou o sentido de responsabilidade e a importância do trabalho desenvolvido pelos conselheiros em prol das comunidades portuguesas. Foi realçado que as comunidades portuguesas em África continuam a desempenhar um papel muito relevante como pontes económicas, sociais e culturais entre Portugal e os países onde estão inseridas. Contudo, continuam a existir desafios importantes, nomeadamente no acesso aos serviços consulares, no apoio às novas gerações, na promoção da língua portuguesa e no reforço da ligação entre Portugal e os seus cidadãos no estrangeiro. A Presidente sublinhou ainda que as comunidades portuguesas fazem parte integrante da Nação portuguesa e reforçou a necessidade de união, cooperação e apresentação de propostas concretas que possam melhorar as condições das comunidades portuguesas em África. Foi também manifestada solidariedade relativamente às recentes calamidades naturais em Portugal, às situações de instabilidade em algumas regiões de África e aos conflitos internacionais, reforçando a importância dos valores da paz, diálogo e dignidade humana.

**Ponto 2 – Abertura Oficial dos Trabalhos da Reunião do CRA**

Discurso do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas (Dr. Emídio Sousa)

No seu discurso, o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Dr. Emídio Sousa, destacou o conceito de Portugal como uma nação global, enfatizando a importância da diáspora portuguesa espalhada por mais de 178 países. Referiu que o número total de portugueses e luso-



CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS  
CONSELHO REGIONAL DE ÁFRICA

---

descendentes poderá ultrapassar 30 milhões em todo o mundo, o que demonstra a dimensão e importância estratégica das comunidades portuguesas. Destacou ainda o contributo dos portugueses em várias áreas como os negócios, a ciência, a cultura e a academia, defendendo a necessidade de reforçar as redes de cooperação entre portugueses no mundo. Salientou também a importância da promoção da língua portuguesa, tanto através das instituições como no seio das famílias, bem como as melhorias verificadas nos serviços consulares devido ao investimento em novas tecnologias. Durante o período de debate foram levantadas preocupações relacionadas com a demora nos processos de nacionalidade, a necessidade de expandir o ensino do português, a representação política dos emigrantes, o custo dos passaportes e algumas questões fiscais que afetam os portugueses residentes no estrangeiro.

**Ponto 3 – Aprovação da Agenda de Trabalhos**

A Agenda de Trabalhos proposta para esta reunião foi aprovada com algumas alterações.

**Ponto 4 – Apresentação do Coordenador da Educação do Ensino Português no Estrangeiro – Dr Joel Coelho**

O Encarregado e responsável pelo Ensino de Português no Estrangeiro (EPE), Dr. Joel Coelho, apresentou o ponto de situação relativo à sua área de tutela.

No que respeita aos principais desafios, destacou a existência de horários por preencher e a constante mobilidade dentro dos horários atribuídos. Referiu ainda que a revisão frequente dos horários tem causado insatisfação entre alunos, encarregados de educação, escolas e professores. Salientou que, desde 2018, nem todos os horários têm sido preenchidos, existindo inclusive horários por prover desde 2020, situação que também afeta a Europa. Indicou que, no primeiro concurso de colocação de 2025, mais de 40% dos lugares ficaram por preencher.

Relativamente ao ensino da língua portuguesa na região, informou que a rede do ensino básico e secundário é composta por 25 horários, dos quais 6 em regime de comissão de serviço e 19 em regime de contrato local. No ensino pré-escolar e no 1.º e 2.º ciclos do ensino básico existem



CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS  
CONSELHO REGIONAL DE ÁFRICA

---

10 horários (5 em comissão de serviço), distribuídos maioritariamente pela África do Sul (9) e pelo Zimbabué (1). No 3.º ciclo e ensino secundário existem 15 horários (1 em comissão de serviço), distribuídos pela África do Sul (10), Namíbia (3), Essuatíni (1) e Zimbabué (1).

Apresentou também dados relativos ao número de professores nos últimos anos. Em 2025, estavam colocados 15 professores, tendo o ano terminado com 12, em virtude da saída de 3 docentes, dois dos quais colocados em Portugal e um colocado como leitor. No final do ano, registou-se ainda a aposentação de uma professora e o regresso de outra a Portugal por motivos familiares. Em 2026, existem provisoriamente 11 professores, estando previstos novos procedimentos concursais nos próximos meses. Foi igualmente registada a entrada de uma professora residente na África do Sul, estando prevista a entrada de pelo menos mais duas. Referiu ainda a intenção de integrar mais dois professores pertencentes à comunidade portuguesa. Contudo, salientou que estas entradas têm servido essencialmente para compensar as saídas verificadas.

Dos 25 horários existentes, encontram-se atualmente providos 11. No ensino básico, encontram-se preenchidos 6 dos 10 horários (6 na África do Sul e nenhum no Zimbabué). No ensino secundário, encontram-se preenchidos 5 dos 15 horários (4 na África do Sul e 1 na Namíbia), mantendo-se horários por preencher na Namíbia, Essuatíni e Zimbabué.

Foi ainda referido que, no final de 2024, cerca de 1200 alunos frequentavam o ensino português nesta rede.

No que respeita ao ensino superior, foi indicado que este é composto por 4 leitorados e 3 protocolos de apoio à docência, encontrando-se todos providos. Estes abrangem 7 universidades, distribuídas da seguinte forma: na África do Sul existem 2 leitorados, 1 centro de língua e 2 programas de apoio à docência; na Namíbia existe 1 leitorado com centro de língua; no Botswana existe 1 leitorado com licenciatura em português; e no Zimbabué existe 1 programa de apoio à docência, onde o português é lecionado como língua curricular. No total, 386 alunos frequentam aulas de português nestas universidades ao abrigo de protocolos de cooperação.



CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS  
CONSELHO REGIONAL DE ÁFRICA

---

Quanto às medidas em curso, referiu que, em Portugal, têm sido realizadas ações de divulgação e sessões de esclarecimento junto de universidades, bem como procedimentos de colocação de professores. A rede tem sido ajustada de acordo com as necessidades e a disponibilidade de docentes, tendo sido, por exemplo, adicionado um horário na região do Cabo.

A nível local, têm sido realizadas sessões de esclarecimento junto de universidades para divulgação do ensino do português e identificação de potenciais candidatos à docência, bem como sessões junto da comunidade portuguesa com o mesmo objetivo. Foram igualmente promovidas diversas atividades junto da comunidade escolar, incluindo comemorações, ciclos de cinema lusófono, seminários com escritores portugueses, nomeadamente Isabel Zambujal e José Luís Peixoto, bem como a realização do Dia do EPE, que contou com cerca de 250 participantes. Foi também reforçada a divulgação através do alargamento das plataformas de comunicação, incluindo a criação de um canal de comunicação via WhatsApp.

Relativamente aos instrumentos em execução, destacou a existência de memorandos de entendimento e protocolos com ministérios e outras instituições. Na África do Sul, existe um protocolo com o DIRCO, estando em fase de assinatura com o Parlamento Nacional e em negociação com o Parlamento Provincial do Western Cape, encontrando-se igualmente o memorando com o Departamento de Educação (DBE) em revisão. Na Namíbia, existem três protocolos com o MEAC, MIRT e NAMPOL, estando em negociação a sua extensão aos postos fronteiriços. No Botswana, existe um protocolo com a SADC.

Por fim, foi ainda referida a importância da certificação das aprendizagens dos jovens em idade escolar.

**Ponto 5 – Apresentação do Adido Social da Embaixada de Portugal na África do Sul –  
Engenheiro Fernando Paulo Valor**



CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS  
CONSELHO REGIONAL DE ÁFRICA

---

O Adido Social manifestou a sua preocupação relativamente à situação de alguns cidadãos portugueses residentes na África do Sul, tendo chamado especialmente a atenção do Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas para estas realidades.

Referiu que tem procurado prestar apoio dentro das suas competências, contando igualmente com a colaboração de instituições da comunidade portuguesa, nomeadamente a Academia do Bacalhau de Pretória e a Casa Social da Madeira, que têm desempenhado um papel importante no apoio social a cidadãos em situação de vulnerabilidade. Salientou que, embora o apoio institucional seja limitado, existe um esforço contínuo de articulação com a comunidade para prestar assistência sempre que possível.

Indicou que existem membros da comunidade portuguesa a viver em situações precárias, tendo já sido mobilizado o apoio comunitário para responder a alguns destes casos. Referiu que muitas destas situações envolvem pessoas idosas e, em alguns casos, os seus descendentes, que enfrentam dificuldades económicas e sociais.

Destacou também a crescente preocupação com as novas gerações de luso-descendentes, referindo que muitos jovens têm uma ligação limitada a Portugal, conhecendo a Madeira ou outras regiões apenas através dos relatos familiares, o que demonstra a importância de reforçar os laços culturais e identitários.

Foi igualmente mencionado que alguns cidadãos não possuem passaportes portugueses válidos, sendo o custo da sua emissão um obstáculo significativo. Referiu que, em muitos casos, a situação financeira destas pessoas é evidente, não sendo necessário que expressem verbalmente a sua dificuldade em suportar esses custos.

Foi ainda referido que o Programa Regressar deverá terminar em março de 2026, tendo sido mencionada a sua relevância enquanto instrumento de apoio aos portugueses que pretendem regressar a Portugal.



No que respeita à Chave Móvel Digital, foi salientado que o sistema é seguro, mas que o processo de verificação em dois passos pode representar dificuldades para alguns utentes menos familiarizados com meios digitais.

O Adido Social referiu também a importância de continuar a desenvolver mecanismos de apoio aos emigrantes portugueses, sobretudo os mais vulneráveis, bem como a necessidade de reforçar a cooperação com a comunidade empresarial portuguesa na África do Sul, reconhecendo o seu papel relevante no apoio social e no fortalecimento da comunidade.

#### **Ponto 6 – Leitura e aprovação da acta da reunião presencial do CRA em Joanesburgo (Abril 2025)**

Lida e aprovada sem alterações.

#### **Ponto 7 – Apresentação dos relatórios de actividades**

##### **1. Manuel Coelho**

O Conselheiro Manuel Coelho apresentou o seu relatório escrito relativo à atividade desenvolvida no período compreendido entre abril e outubro de 2025. Destacou, em particular, o seu envolvimento no processo de recuperação do Padrão de Diogo Cão e a sua posterior entrega pela República Federal da Alemanha à República da Namíbia.

Na sua intervenção, apresentou um historial detalhado do longo processo de negociações em que esteve envolvido relativamente ao destino do Padrão de Diogo Cão original, uma relíquia portuguesa com mais de 540 anos, implantada pelo navegador português Diogo Cão em 1486 na costa da Namíbia, num local atualmente conhecido como Cape Cross (Cabo da Cruz).

Referiu as inúmeras diligências e negociações por si desenvolvidas, tanto antes como após a independência da Namíbia, com vista à devolução do referido padrão. Mencionou que um dos primeiros apelos formais para a devolução foi feito pelo então Presidente da Namíbia, Dr. Sam



CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS  
CONSELHO REGIONAL DE ÁFRICA

---

Nujoma, junto do Governo alemão, sem sucesso. Posteriormente, seguiram-se outras iniciativas, incluindo diligências realizadas durante a Expo 98, igualmente sem resultados positivos.

O processo prosseguiu em 1999 com a apresentação de uma petição junto das Nações Unidas, através da UNESCO, tendo continuado através de novos contactos institucionais e encontros a vários níveis, incluindo reuniões com o segundo e terceiro Presidentes da Namíbia.

Referiu que o processo veio a conhecer um desenvolvimento significativo em outubro de 2025, quando, em Walvis Bay, o Embaixador da Alemanha e a Ministra da Cultura da Namíbia presenciaram a abertura das caixas contendo os fragmentos do padrão, que até então se encontravam armazenados.

Informou ainda que, em fevereiro último, na cidade de Swakopmund, foi realizada uma avaliação dos custos de restauração, transporte e reinstalação do monumento, conduzida por uma perita enviada pelo Governo alemão. Encontra-se atualmente em preparação a entrega oficial do padrão, bem como a conclusão de um acordo entre o Governo alemão e o Museu de Swakopmund para a sua exposição permanente.

Anexa-se o relatório do Conselheiro no qual consta as suas considerações finais.

## **2. Vasco de Abreu**

O seu relatório consta dos anexos à presente ata, destacando-se a sua participação em reuniões do Conselho Permanente, no qual exerce funções como Secretário, bem como em reuniões realizadas em formato online, incluindo a respetiva elaboração das atas.

Destacou igualmente a sua participação nos Conselhos Consultivos de Pretória e de Joanesburgo, onde apresentou relatórios sobre as atividades e propostas do Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP), bem como a sua intervenção na reunião online do Conselho de Segurança Social.



CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS  
CONSELHO REGIONAL DE ÁFRICA

---

Foi ainda salientada a sua participação na elaboração de um inquérito dirigido à comunidade portuguesa residente na República da África do Sul, com o objetivo de contribuir para a defesa e preservação da cultura portuguesa. O referido inquérito encontra-se atualmente em fase final de conclusão, estando a ser preparado nas suas versões em língua portuguesa e inglesa.

### **3. Rui Santos**

O seu relatório consta dos anexos à presente Acta, destacando a sua acção junto da comunidade da Cidade do Cabo.

### **4. José Nóbrega Ascenso**

O seu relatório consta dos anexos à presente Acta. Destacou o seu trabalho na criação de 3 mesas de voto em Cabo Verde. Relatou sobre a sua convocatória para uma reunião do Conselho Consultivo que não produziu resultados práticos, uma vez que se limitou a fazer figura de mera presença, já que a reunião foi de curta duração, sem ordem de trabalhos.

### **5. Alexandre Santos**

O seu relatório consta dos anexos à presente ata, destacando-se a sua participação em reuniões dos Conselhos Consultivos de Pretória e Joanesburgo, onde apresentou informações sobre a sua atividade enquanto Secretário da Comissão Temática dos Assuntos Consulares, bem como sobre as reuniões realizadas em formato online.

No que respeita à sua atividade enquanto Conselheiro da secção de Joanesburgo, referiu a necessidade de revisão salarial do pessoal consular, bem como a preocupação com a lentidão dos processos de nacionalidade, resultante do elevado número de processos pendentes no Ministério da Justiça.

Relativamente à TAP Air Portugal, apresentou uma proposta na qual a comunidade portuguesa residente na África Austral manifesta a sua profunda preocupação e incompreensão perante a



CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS  
CONSELHO REGIONAL DE ÁFRICA

---

decisão de não restabelecer a rota aérea Lisboa–Joanesburgo. Foi referido que esta suspensão representa não apenas uma limitação logística, mas também um afastamento simbólico e económico entre Portugal e uma das maiores e mais antigas comunidades da diáspora portuguesa.

Foi igualmente salientado que a TAP mantém operações em diversas rotas intercontinentais, incluindo para o Brasil e os Estados Unidos da América, que nem sempre apresentam níveis consistentes de rentabilidade, mas que continuam a ser mantidas por razões estratégicas. Neste contexto, foi questionado por que razão a mesma abordagem estratégica não é aplicada à África Austral, onde existe uma comunidade portuguesa numerosa, economicamente ativa e fortemente ligada a Portugal.

Foi ainda destacado o potencial turístico e comercial da região da África Austral, considerada uma das principais portas de entrada no continente africano, com fluxos crescentes de turismo, investimento e mobilidade profissional. Foi referido que a ausência desta ligação aérea representa uma oportunidade perdida para posicionar Lisboa como um hub estratégico entre a Europa e o sul de África, espaço que tem vindo a ser ocupado por outras companhias aéreas europeias.

Foi também mencionado que, sendo o Estado português o principal acionista da TAP, se justifica uma intervenção governamental, considerando que esta decisão não deve ser vista apenas como uma questão comercial, mas também como uma decisão estratégica com impacto na coesão da diáspora, na projeção internacional de Portugal e na competitividade do país.

Perante estas considerações, foi apresentado um apelo para que a decisão de suspender a rota Lisboa–Joanesburgo seja reavaliada com base numa visão estratégica mais ampla e alinhada com os interesses nacionais e das comunidades portuguesas na África Austral.

**6. Dra. Elizabete Serrão**



CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS  
CONSELHO REGIONAL DE ÁFRICA

---

O relatório da Conselheira Dra. Elizabeth Serrão, constante dos anexos à presente ata, incidiu sobre as atividades desenvolvidas durante o ano de 2025 e o início de 2026 no âmbito das suas funções enquanto Conselheira das Comunidades Portuguesas pela África do Sul. A sua intervenção teve como principais objetivos o reforço da representação institucional da comunidade portuguesa, a promoção de melhores condições sociais e económicas para os cidadãos portugueses, o fortalecimento do diálogo entre a comunidade e as autoridades portuguesas, bem como o contributo para o desenvolvimento de políticas públicas mais ajustadas à realidade da diáspora portuguesa em África.

No âmbito das suas atividades institucionais, destacou a sua participação em diversas reuniões com entidades diplomáticas e representantes da comunidade portuguesa, incluindo uma sessão institucional realizada no Consulado-Geral de Portugal em Joanesburgo, que permitiu reforçar o diálogo institucional e identificar as principais preocupações da comunidade. Destacou igualmente a sua participação na organização da reunião anual do Conselho Regional das Comunidades Portuguesas em África, onde foram debatidas questões relevantes como a situação social das comunidades portuguesas, o funcionamento dos serviços consulares, o ensino da língua portuguesa, o apoio social e os desafios económicos enfrentados pelos portugueses residentes na região.

Referiu também a sua participação em reuniões do Conselho Consultivo, nas quais foram discutidas medidas para melhorar o funcionamento dos serviços consulares, incluindo a melhoria do atendimento, a organização dos serviços e o alargamento de determinados atos consulares. Participou igualmente em reuniões da Comissão Temática das Questões Sociais, Económicas e dos Fluxos Migratórios, onde foram debatidos temas como a tributação dos emigrantes, o Programa Regressar, o apoio social na diáspora e a sustentabilidade das comunidades portuguesas no estrangeiro.

No âmbito da sua intervenção comunitária, destacou a sua participação nas comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, sublinhando a importância destas celebrações para o reforço da identidade cultural e do sentimento de pertença à comunidade portuguesa.



CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS  
CONSELHO REGIONAL DE ÁFRICA

---

Destacou ainda a sua participação em reuniões temáticas realizadas em formato virtual, nas quais foram abordadas questões sociais relevantes, incluindo o apoio a cidadãos em situação de vulnerabilidade, nomeadamente idosos isolados, famílias em dificuldades económicas e situações de exclusão social. Neste contexto, defendeu o reforço dos mecanismos de apoio social através da cooperação entre o Estado português, associações comunitárias e instituições locais.

No domínio do desenvolvimento económico, salientou a importância da criação de redes de empreendedorismo luso-sul-africanas e do reforço da cooperação com entidades como a AICEP e a Câmara de Comércio Portuguesa, de forma a promover o investimento e o desenvolvimento económico da comunidade portuguesa.

Na área da segurança comunitária, destacou a necessidade de reforçar os mecanismos de apoio às vítimas de criminalidade, melhorar a articulação com as autoridades locais e fortalecer as redes de apoio comunitário. Foi também sublinhado o papel fundamental das associações portuguesas como elementos essenciais para a coesão social da comunidade.

Referiu igualmente a sua participação em eventos institucionais e comunitários, incluindo um evento promovido pela instituição Os Lusíadas nas instalações da Associação da Comunidade Portuguesa em Pretória, que contribuiu para o reforço das relações institucionais e para a valorização do papel das organizações comunitárias. Destacou também a sua visita a um lar de idosos da comunidade portuguesa, o que permitiu uma melhor compreensão das necessidades da população sénior e da importância de reforçar as respostas sociais dirigidas a este grupo.

No âmbito do apoio social direto, destacou o trabalho desenvolvido na prestação de apoio jurídico pro bono a cidadãos portugueses em situação de vulnerabilidade, incluindo a intervenção num caso de uma cidadã idosa em risco de perder a sua habitação, situação que foi resolvida através de acompanhamento jurídico e intervenção junto das entidades competentes. Referiu ainda o apoio prestado a organizações comunitárias, nomeadamente à Liga da Mulher Portuguesa na África do Sul, através de assessoria jurídica na revisão dos seus regulamentos internos e no cumprimento das obrigações legais.



CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS  
CONSELHO REGIONAL DE ÁFRICA

---

No que respeita aos contributos técnicos, destacou a elaboração de um parecer jurídico sobre a Estratégia Nacional para o Envelhecimento Digno na Diáspora, no qual defendeu a importância de uma estrutura jurídica clara, sustentabilidade financeira, mecanismos adequados de fiscalização e proteção de dados pessoais. Participou ainda numa reunião extraordinária do Conselho Permanente, onde foi reforçada a importância do conhecimento dos regulamentos internos como instrumento essencial para o bom funcionamento institucional.

Como prioridades estratégicas, identificou a necessidade de reforçar o apoio social aos idosos portugueses no estrangeiro, melhorar os mecanismos de apoio a cidadãos vulneráveis, promover o empreendedorismo português, reforçar as relações económicas entre Portugal e a África do Sul, melhorar a eficiência dos serviços consulares e expandir o ensino da língua portuguesa. Destacou também a importância do apoio ao associativismo, da promoção cultural e do envolvimento das novas gerações luso-descendentes.

Concluiu reafirmando o seu compromisso com uma atuação próxima da comunidade, baseada numa intervenção prática, responsável e orientada para soluções concretas, reiterando o seu empenho em defender os interesses dos portugueses na África do Sul, reforçar a ligação entre Portugal e a sua diáspora e contribuir para a melhoria das condições sociais e institucionais das comunidades portuguesas.

Anexa-se o relatório do Conselheiro no qual consta as suas considerações finais.

#### **Ponto 8 – Assuntos e Serviço Consulares**

Foi igualmente abordada a questão das eleições, tendo os conselheiros trocado impressões sobre a participação da comunidade portuguesa e os mecanismos de organização do processo eleitoral.

Durante a discussão, foi ainda referido que, em algumas jurisdições, nomeadamente Joanesburgo, Pretória e Cabo Verde, não existe formação suficiente relativamente aos



CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS  
CONSELHO REGIONAL DE ÁFRICA

---

procedimentos associados aos processos de nacionalidade, o que contribui para a sua lentidão e para o prolongamento dos prazos de decisão.

Neste contexto, foi salientada a necessidade de reforçar os recursos humanos, designadamente através da nomeação de novos conservadores, de forma a aumentar a capacidade de resposta e a eficiência no tratamento destes processos.

Por fim, os conselheiros procederam à revisão dos regulamentos internos, tendo sido apresentadas propostas de alteração a determinadas disposições, bem como a indicação dos respetivos membros efetivos e suplentes, para efeitos de organização e funcionamento das estruturas do Conselho.

**Ponto 9 – Assuntos gerais**

No âmbito dos assuntos gerais, os conselheiros discutiram a possibilidade da implementação do voto eletrónico, tendo sido mencionada a utilização da Chave Móvel Digital para este efeito, bem como as garantias de segurança associadas a este processo.

Foi igualmente registada a aprovação do novo logotipo, o qual já se encontra em vigor, tendo sido ainda manifestado o interesse do Conselho Regional das Comunidades Portuguesas em África em desenvolver um logotipo próprio.

Os conselheiros procederam ainda a uma reflexão sobre as questões globais que afetam o continente africano, analisando a posição de África no atual contexto mundial e os desafios daí decorrentes para as comunidades portuguesas.

No que respeita à organização interna, foi deliberada a realização de reuniões trimestrais em formato online, tendo sido acordadas as seguintes datas: 6 de Junho de 2026, 5 de Setembro de 2026 e 6 de Fevereiro de 2027, todas às 11h00 (hora da África do Sul). Ficou igualmente acordado que a Conselheira Dra. Elizabete Serrão ficará responsável pelo envio dos respetivos links das reuniões, bem como pela circulação prévia das agendas, em conformidade com o regulamento interno do CRA.



CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS  
CONSELHO REGIONAL DE ÁFRICA

---

Ainda relativamente ao regulamento interno, foi proposta a alteração do artigo 11.º, no sentido de ajustar a designação para Conselho Regional das Comunidades Portuguesas para a África, proposta essa que será objeto de análise.

O Conselheiro Manuel Coelho sugeriu a partilha do programa do Governo, o qual foi posteriormente disponibilizado no grupo de WhatsApp dos Conselheiros para a África.

Foi igualmente discutida a Lei do Conselho das Comunidades Portuguesas, nomeadamente a Lei n.º 66-A/2007, de 11 de dezembro, tendo sido reforçada a importância do cumprimento das disposições legais aplicáveis.

Ficou estabelecido que os Conselheiros deverão apresentar os seus relatórios até ao dia 15 de Abril de 2026, devendo a ata da presente reunião ser finalizada até ao dia 30 de Abril de 2026.

Foi ainda acordado que, sempre que a ata ou qualquer outra proposta seja enviada aos conselheiros e não haja pronúncia dentro do prazo estabelecido, tal será considerado como concordância com o respetivo conteúdo.

No que respeita a programas e iniciativas governamentais, foram abordados temas relacionados com programas sectoriais, nomeadamente na área dos negócios estrangeiros, bem como iniciativas relacionadas com a candidatura da língua portuguesa a língua oficial em organizações internacionais.

Foi igualmente discutida a questão do apoio aos suplentes nas comissões temáticas, nomeadamente no que respeita ao apoio do Ministério para efeitos de deslocação, tendo sido feita referência à Conselheira Marisa Moroso neste contexto.

Relativamente à Chave Móvel Digital, foi referido que o sistema ainda apresenta algumas limitações de funcionamento na África do Sul.



CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS  
CONSELHO REGIONAL DE ÁFRICA

---

Foi também feita referência a nova legislação relacionada com o arrendamento, bem como ao programa Portugal Nação Global, tendo sido discutida a sua relevância para as comunidades portuguesas.

No âmbito dos processos de nacionalidade, foi referido que, desde Outubro de 2025, foram integrados cerca de 50 novos técnicos, com um período de formação de aproximadamente sete meses, existindo atualmente cerca de 132 processos em curso. Foi ainda mencionado que a prioridade está a ser dada aos processos mais antigos e a cidadãos de idade mais avançada, não estando estes processos diretamente relacionados com os serviços consulares.

Foi igualmente registado que o Conselheiro Diogo Leal, na sequência da sua renúncia, deixou de fazer parte do Conselho Regional para a África, devendo, por esse motivo, ser removido do respetivo grupo de WhatsApp.

Foi ainda formalizada a apresentação de boas-vindas à Conselheira Marisa Moroso, tendo sido referido que a mesma exerce funções como suplente no Conselho Permanente.

O Conselheiro Rui Santos apresentou uma proposta relacionada com a organização das comissões temáticas, nomeadamente no que respeita à relação entre o número de comissões e os candidatos disponíveis, proposta essa que será objeto de análise.

Por fim, procedeu-se à votação da nova mesa do Conselho Regional, tendo sido deliberado, por consenso, a manutenção da atual composição, permanecendo a Dra. Elizabete Serrão como Presidente e o Sr. Alexandre Santos como Secretário, incluindo os respetivos suplentes.


O Secretário

Alexandre dos Santos



CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS  
CONSELHO REGIONAL DE ÁFRICA

---

  
Elizabeth Conceição Antunes Gomes Serrão (áreas Consulares de Pretória e Joanesburgo) –  
Presidente do Conselho Regional em África / Membro da Comissão Temática para Questões  
Sociais, Económicas e Fluxos Migratórios.

Vasco de Abreu (áreas Consulares de Pretória e Joanesburgo) – Membro do Conselho  
Permanente.

  
Manuel Coelho (Namíbia) – Membro do Conselho Permanente

J.J Nóbrega Ascenso (Cabo Verde) – Membro da Comissão Temática do Ensino, Cultura,  
Associativismo e Comunicação Social

Rui dos Santos (Cidade do Cabo) - Membro Suplente da Comissão Temática para Assuntos  
Consulares e Participação Política e Cívica





CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS  
CONSELHO REGIONAL DE ÁFRICA

---

O Conselheiro Rui Santos apresentou uma proposta relacionada com a organização das comissões temáticas, nomeadamente no que respeita à relação entre o número de comissões e os candidatos disponíveis, proposta essa que será objeto de análise.

Por fim, procedeu-se à votação da nova mesa do Conselho Regional, tendo sido deliberado, por consenso, a manutenção da atual composição, permanecendo a Dra. Elizabeth Serrão como Presidente e o Sr. Alexandre Santos como Secretário, incluindo os respetivos suplentes.

O Secretário



Alexandre dos Santos

Elizabeth Serrão (áreas Consulares de Pretória e Joanesburgo) – Presidente do Conselho Regional em África / Membro da Comissão Temática para Questões Sociais, Económicas e Fluxos Migratórios.

Vasco de Abreu (áreas Consulares de Pretória e Joanesburgo) – Membro do Conselho Permanente.

Manuel Coelho (Namíbia) – Membro do Conselho Permanente

J.J Nóbrega Ascenso (Cabo Verde) – Membro da Comissão Temática do Ensino, Cultura, Associativismo e Comunicação Social

Rui dos Santos (Cidade do Cabo)



**RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2025/2026**  
**CONSELHEIRO MANUEL COELHO**  
**CÍRCULO ELEITORAL NAMÍBIA**

Durante o ano 2025/2026 desempenhei as minhas funções de Conselheiro das Comunidades Portuguesas, participando, assistindo ou apoiando as seguintes actividades:

**05 e 06 de Abril 2025**

Particpei na reunião anual do Conselho Regional de Africa, com a presença de todos os Conselheiros do CRA, assim como a do Embaixador de Portugal na Africa do Sul, Carlos Costa Neves, o Cônsul Geral de Joanesburgo, Afonso Laginha, o Encarregado da Sessão Consular na Embaixada de Pretoria Ricardo Taveira Rodrigues, o Adido Social na Embaixada em Pretoria Paulo Valor e o Encarregado do EPE no Estrangeiro, Dr. Joel Coelho.

Fui reeleito para o Conselho Permanente do CCP e como suplente na Comissão Temática dos Assuntos Sociais, Económicos e Fluxos Migratórios.

**23 de Abril 2025**

Particpei numa exposição alusiva ao 25 de Abril.

**16 de Abril 2025**

\* Particpei *online* na reunião mensal do Conselho Permanente.

**06 de Maio 2025**

Particpei na cerimónia da entrega de livros portuguesas á Biblioteca Municipal de Windhoek, durante as cerimónias do Dia Internacional da Língua Portuguesa, com a presença dos Embaixadores de Portugal, Brasil e Angola e ainda do Governador do Khomas (região), no qual foram entregues diplomas aos melhores alunos de lingua portuguesa, na Namibia.

### **15 de Maio 2025**

\* Participei nos festejos dos 75 anos da União Europeia e dos 35 anos da União Europeia na Namíbia, a convite da Embaixadora da União Europeia, Dr.<sup>a</sup> Ana Beatriz Martins.

### **24 de Maio 2025**

\* Participei *online* na reunião mensal do Conselho Permanente.

### **05 de Junho 2015**

\* Participei à inauguração da exposição fotográfica "These Stones will Speak" de jovens fotógrafos namibianos, que frequentaram um *workshop* na Namíbia dum fotógrafo português, Carlos Barradas, e que expuseram os seus trabalhos em Walvis Bay após primeira apresentação em Windhoek, em Maio de 2024 e no Rundu em Novembro de 2025, que se integrou nos festejos das celebrações do Dia de Portugal em Walvis Bay.

\* Estive presente numa recepção de boas vindas a bordo do navio de guerra da Marinha Portuguesa NRP Sines, aquando da chegada do mesmo ao porto namibiano de Walvis Bay, por ocasião das celebrações do Dia de Portugal.

\* Participei numa sessão de guitarra portuguesa no salão de festas da Escola Internacional de Walvis Bay, organizado pelo Instituto Camões, comemorando os 100 anos do nascimento do guitarrista Carlos Paredes, com a atuação de Paulo Soares e Rui Ferreira, vindos de Portugal e parte dos festejos do Dia de Portugal.

### **06 de Junho 2025**

\* Apoiei e assisti à Presença Consular na cidade de Walvis Bay, na qual se tratou de vários documentos oficiais de membros da nossa comunidade radicados em Swakopmund e Walvis Bay.

\* Participei num jantar convívio de gala da Academia do Bacalhau da Namíbia, de boas-vindas em Walvis Bay, com a presença da guarnição do navio de guerra NRP Sines, no qual participaram cerca de 80 membros da nossa Comunidade radicada em Walvis Bay e Swakopmund, e que incorporou nos festejos das celebrações do Dia de Portugal, naquela cidade litoral da Namíbia.

### **07 de Junho 2025**

\* Participei num almoço a bordo do NRP Sines, a convite do Comandante Santos Silva

### **10 de Junho 2025**

\* Participei na recepção solene que marcou o Dia de Portugal que se realizou no Galeria Nacional da Namíbia, em Windhoek.

\* Participei nas cerimónias da celebração do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades, bem como no concerto de guitarra portuguesa, que se realizou no Teatro Nacional da Namíbia, no quadro do programa de actividades culturais 2025, implementado pela Embaixada e Instituto Camões.

### **11 de Junho 2025**

\* Estive presente na apresentação do filme português "Terra Nova" que integrou o Festival Cinemático Ibero-Americano de 2025.

### **14 de Junho 2025**

\* Participei no jantar das celebrações do Dia de Portugal, organizado pela Academia do Bacalhau da Namíbia, em Windhoek, no qual marcaram presença cerca de 120 membros da nossa Comunidade.

### **21 de Junho 2025**

\* Participei *online* na reunião mensal do Conselho Permanente.

### **23 de Junho 2025**

\* Participei no programa televisivo da RTPi, no qual dei uma entrevista acerca das ansiedades da Comunidade Portuguesa e do panorama actual da mesma no contexto socioeconómico na Namíbia.

### **07 a 09 de Julho 2025**

\* Participei na reunião presencial do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas em Lisboa.

### **20 de Agosto 2025**

\*Apoiei e assisti a repatriação acua do compatriota Antonio Monteiro de Walvis Bay para Portugal

### **08 de Outubro 2025**

\* Participei no Festival Europeu de Filmes

### **14 a 16 de Outubro 2025**

\* Participei na reunião presencial do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas em Lisboa

### **27 de Outubro 2025**

\*Participei na segunda reunião anual do Conselho Consultivo Consular, na Embaixada de Portugal

\*\* Participei ainda em múltiplos eventos culturais promovidos pela Embaixada de Portugal em Windhoek e financiados pelo Instituto Camões durante 2025 e 2026, no quadro de programa de actividades culturais, designadamente festivais de cinema, concertos exposições.

## ACTIVIDADES EXTRA NOS ÚLTIMOS 40 ANOS

\*\*\* Participei em várias negociações, entre o Governo da Republica Federal da Alemanha, na Embaixada da Alemanha em Windhoek e o Governo da República da Namibia através do Ministério da Educação, Artes e Cultura, em relação ao retorno e o destino a dar ao Padrão original de Diogo Cão, uma relíquia portuguesa com mais de 540 anos, que o navegador português plantou na costa da Namibia em 1486, no sitio hoje conhecido como Cape Cross.

O mesmo foi retirado do sitio original em 1893, após 407 anos, e levada para a Alemanha a bordo do navio "Sperber", aonde se manteve estes anos todos no Museu Histórico em Berlim.

Foi sempre o meu desejo ver o padrão original em solo namibiano e lancei então a minha campanha em 1986, exactamente 500 anos depois do mesmo ter sido implantado em solo namibiano.

De notar, que a Namibia não era independente, mas sim um protectorado da Africa do Sul e que o Museu Histórico se encontrava em Berlim Leste, e evidentemente que era totalmente impossível quaisquer contactos entre os dois países.

Com a queda do murro de Berlim em 1989, abriu-se então uma porta para negociações directas, tendo visitado então o dito Museu e pela primeira vez vi o Padrão original, que ainda mais motivação me deu para que o mesmo fosse devolvido para a Namibia.

Nesse ano, realizaram-se os festejos dos 500 anos de Bartolomeu Dias e por essa ocasião organizei com apoios de varias instituições, uma replica do padrão de Bartolomeu Dias que foi colocado em Dias Point, muito perto da cidade costeira de Luderitz, no sul da Namibia, pois o original caiu ao mar há muitos anos, sendo recuperado alguns pedaços do mesmo que se encontram no museu dessa cidade.

Pouco antes da independência da Namibia em 1990, iniciei as primeiras negociações para o retorno do padrão para Alemanha com o que viria a ser o primeiro Presidente da Namibia Dr. Sam Nujoma, que durante os festejos da independência, fez o primeiro apelo á Alemanha para que o Padrão fosse devolvido, como um gesto de reconciliação entre os dois países, o que não veria a acontecer.

Antes da Expo 98 em Lisboa, sob o tema "Os Oceanos, um Património para o Futuro", foi feita uma nova tentativa para que o Padrão fosse entregue á Namibia e houve negociações com a Alemanha, no sentido que o Padrão

seria entregue em pleno Expo 98 e que mesmo iria ser o ponto de atração no Pavilhão da Namíbia, o que infelizmente não veio a acontecer.

Em 1999, fiz a primeira petição as Nações Unidas, por intermédio da UNESCO e viria a fazer mais duas petições durante os três anos seguintes, sem obter qualquer resultado realmente positivo.

Continuei na minha luta com varias petições e reuniões com o segundo Presidente da Namíbia, Dr. Hifikepunye Pohamba e pressionei o terceiro Presidente Dr. Hage Geingob.

Finalmente o dito padrão chegou á Namíbia em Agosto de 2019, após muitas negociações entre os dois países, sempre com a minha presença, constante motivação e árdua persistência.

Iniciou-se então um compasso de espera, pouca vontade politica e algum desinteresse, por ambas as partes, ficando a Namíbia á espera que o Governo da Alemanha, se dignasse a entregar a histórica relíquia oficialmente com pedido de desculpa, o que se deve entender como uma recompensação presumivelmente financeira.

Finalmente, em Outubro de 2025, houve uma reunião em Walvis Bay entre o Embaixador da Alemanha e a Ministra de Cultura, em que estive presente e o Padrão viu a luz do sol namibiano, pela primeira após 132 anos, quando as embalagens foram abertas depois de estarem seis anos armazenados, nos armazéns do porto marítimo de Walvis Bay.

Em finais de Fevereiro de 2026, desloquei-me a Swakopmund, na presença de uma perita de alvenaria de pedra, funcionaria do Museu Histórico da Alemanha, enviada especialmente pelo Governo da Alemanha, para avaliar os custos da restauração, transporte e erecção do mesmo em lugar que foi decidido por todos os intervenientes.

Congratulo-me com o facto que está neste momento a ser preparada a entrega oficial por parte da Alemanha á Namíbia e está também a ser preparado um acordo entre o Governo da Namíbia e o Museu de Swakopmund, cidade no litoral da Namíbia com muito movimento turístico, para que o mesmo fique em exposição permanente, tendo-se iniciado já as devidas alterações estruturais no dito museu para acomodar, a histórica relíquia portuguesa.

Aguardo a data com ansiedade e com sentimentos mistos de patriotismo, orgulho e satisfação, para que assim seja feita uma digna homenagem aos nossos navegadores e para a prevenção e segurança para futuras gerações em território que foi pisado pela primeira vez por um português, após 40 anos de perseverança.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

1. Tendo em consideração que existe um Adido Social na Africa do Sul, com actividades restritas apenas para aquele país, deveria o Governo Português, por intermédio do Gabinete do SECP, avaliar e considerar que as actividades do mesmo se estendem a outros países africanos na África Austral e a elevação desse cargo a Conselheiro Social.
2. Tendo em consideração o número de pessoas a aprender a lingua portuguesa na Namibia em relação ao número de docentes, deveria o Governo Português avaliar e considerar a nomeação de um adjunto para o ensino português na Namibia.
3. A falta de funcionários na Embaixada de Portugal na Namibia, é alarmante e a colocação de estagiários e pessoal sem inexperiente e com pouca ou sem formação, não contribuo para um serviço profissional e efectivo. Esta questão terra de ser avaliada, em termos de quando um funcionário é transferido o concurso para a recolocação do substituto terá de ser imediata a não prejudicar a qualidade e atrasos nos serviços prestados.
4. Tendo em consideração o período de espera referente aos pedidos de nacionalidade, o Ministérios com essa pauta, devera de avaliar e considerar processos mais simples e mais rápidos, sem por em causa a segurança nacional, para ultrapassar o corrente inaceitável períodos de espera.
5. Restrukturar a AICEP, com a divulgação, propostas e considerações, após o programa Portugal Nação Global, para uma agência de acompanhamentos de negócios ou de um elo mais eficaz e mais produtivo na política economia e investimento.

6. O duplo critério de impostos a pagar por emigrantes com residência no território nacional no cartão de cidadão versus os emigrantes com residência no estrangeiro no cartão de cidadão, deve ser de imediato revalidada e corrigida.
  
7. A chave móvel digital deve ser de imediato remodelada ou actualizada para que todos possam ter acesso, devido ao facto da mesma não funcionar em vários países.
  
8. O número de actos consulares praticados diariamente deve ser alargado em todos os consulados, para que se possa acabar ou limitar a exploração financeira de emigrantes por agências de marcação de reservas.

## **CONSELHO CONSULTIVO DA ÁREA CONSULAR DA CIDADE DO CABO**

### **5\* Ata da reunião ordinária de 16 de Outubro 2025**

Reuniu, no dia 16 de outubro de 2025, pelas 11h00, na Chancelaria do Consulado Geral de Portugal na Cidade do Cabo, o Conselho Consultivo desta área de jurisdição consular, que seguiu a ordem de trabalhos anexa.

Estiveram presentes os seguintes membros, além da Cônsul-Geral, Patrícia Cadeiras: o Conselheiro das Comunidades portuguesas, Sr Rui Santos, a Sra Gina Brazier, Presidente da Liga da Mulher Portuguesa da Cidade do Cabo, o Sr Luís de Andrade, Presidente da Associação Portuguesa Cabo da Boa Esperança, o Sr Vítor Henriques, Presidente do Centro Português de Cultura e Beneficência do Cabo, o Sr Vítor Medina, membro do Comité da Associação Portuguesa Cabo da Boa Esperança, e o Dr Joel Coelho, Coordenador do Ensino de Português na África do Sul.

Os restantes membros, Sr Carlos de Aguiar e Sr Miguel Ribas, pediram escusa devido a compromissos profissionais fora da cidade.

Após uma breve apresentação por cada um dos membros, passou-se à principal questão que preocupa a Comunidade portuguesa no Cabo, conforme exposto pelos dirigentes das associações presentes, e que se prende com a dinamização da Associação Portuguesa Cabo da Boa Esperança.

Atualmente, existe um litígio com o responsável pelo restaurante da Associação, Sr Augusto Rafael, que alega dispor de um contrato verbal para a exploração do restaurante até 2027, embora não cumpra, segundo os dirigentes da Associação, as obrigações inerentes à utilização do espaço, incluindo pagamento de contas.

A maioria dos presentes fez eco da profunda tristeza e frustração que existe na Comunidade por não poder utilizar as instalações da Associação para as suas confraternizações como acontecia antigamente.

Além de um novo contacto com o Sr Augusto Rafael com vista à resolução da situação, o Sr Vítor Medina sugeriu que, à semelhança do que existe noutros clubes e associações, fosse instituída uma quota anual para cada associado, a fim de consolidar as finanças da Associação e permitir um planeamento de atividades a longo prazo.

O Conselheiro das Comunidades levantou ainda a importante questão das dificuldades em chegar à Comunidade, nomeadamente para transmissão de informações relevantes e do seu interesse, no que foi acompanhado pelo Coordenador do Ensino de Português. Os custos associados à impressão de um jornal ou à emissão de um programa de rádio sendo demasiado onerosos, lançar-se-á um projeto piloto de gravação de podcats, hoje facilmente acessíveis a pessoas de todas as idades através do telemóvel, o que também poderá contribuir para a difícil renovação geracional nas associações da Comunidade – que foi outra das questões levantadas. A Cônsul-Geral disponibilizou-se para, em conjunto com o Sr Vítor Henriques, apresentar uma proposta de episódios para o podcast. O Sr Vítor Henriques ficou de se informar sobre o apoio técnico necessário para a gravação com qualidade do podcast.

Em paralelo, também para responder à necessidade de criar canais de comunicação fluídos com a Comunidade, será criado um Grupo WhatsApp voltado em exclusivo para a Comunidade portuguesa no Cabo, no qual serão divulgadas informações institucionais e do seu interesse.

O Coordenador do Ensino lamentou, por seu turno, a falta de professores de Português, que impede de aumentar a oferta de aulas de Português como exigiria a procura registada. Deixou um apelo a que lhe enviassem contactos de Portugueses no Cabo ou estrangeiros com autorização de residência em Portugal que tivessem estudado Português e com interesse em lecionar.

Assim, ficou decidido:

- contactar o atual responsável pelo restaurante da Associação, Sr Augusto Rafael, com vista a encontrar uma solução que responda aos desejos dos dirigentes da referida Associação e da Comunidade portuguesa do Cabo;
- encontrar os meios técnicos necessários à gravação do podcast para a Comunidade;
- apresentar ao Conselho Consultivo uma proposta para o podcast.

Por nada mais haver a tratar, a reunião foi encerrada, tendo sido lavrada a presente Ata, que será assinada por todos os membros do Conselho Consultivo presentes na reunião.

---

Patrícia Cadeiras

---

Gina Brazier

---

Luís de Andrade

---

*Rui Santos*

---

Rui Santos

---

Vítor Henriques

---

Vítor Medina

---

Joel Coelho



## **CONSELHO CONSULTIVO DA AREA CONSULAR DA CIDADE DO CABO**

### **6\* Ata da reuniao ordinaria de 26 de Marco de 2026**

No dia 26 de março de 2026, pelas 11h00, reuniu, na Chancelaria do Consulado Geral de Portugal na Cidade do Cabo, o Conselho Consultivo desta área de jurisdição consular, que seguiu a ordem de trabalhos anexa.

Estiveram presentes os seguintes membros, além da Cónsul-Geral, Patrícia Cadeiras: o Conselheiro da Comunidade portuguesa nesta area consular, Sr Rui Santos, a Dra Marinela Carmo, Presidente da Liga da Mulher Portuguesa da África do Sul, a Sra Gina Brazier, Presidente da Liga da Mulher Portuguesa da Cidade do Cabo, o Sr Vítor Medina, membro do Comité da Associação Portuguesa do Cabo da Boa Esperança, o Dr Miguel Ribas, também da Associação Portuguesa do Cabo da Boa Esperança, e o Dr Joel Coelho, Coordenador do Ensino de Português na África do Sul.

Os restantes membros, Sr Carlos de Aguiar, Sr Luís de Andrade e Sr Vítor Henriques, pediram escusa devido a compromissos profissionais.

Passou-se àquela que tem sido uma preocupação maior da Comunidade portuguesa no Cabo de há uns anos para cá, e que se prende com a dinamização da Associação Portuguesa Cabo da Boa Esperança. É caso para dizer que há razões para manter a esperança, recompensa pelos árduos esforços dos membros mais activos da Associação. Com efeito, o Dr Miguel Ribas informou os membros do Conselho Consultivo de que o litígio com o anterior responsável pelo restaurante da Associação havia sido ultrapassado através de processo judicial e que estavam a reorganizar a Associação com vista a conseguir contar com mais recursos próprios, não só provenientes do

pagamento de quotas por parte dos associados (está em curso uma campanha de angariação de sócios que permitirá também, esperam, rejuvenescer a Associação), mas também do aluguer de espaços para a realização de eventos por parte de entidades terceiras. A licença de venda de bebidas alcoólicas, que havia sido suspensa, deverá ser reconduzida em breve, o que permitirá atingir um público maior para os eventos. Estão previstas eleições no início de julho para eleger uma nova administração. Está prevista a reabertura oficial para um almoço da Comunidade no dia 8 de abril, mantendo assim a tradição da Associação de organizar almoços às quartas-feiras. Sinais dos tempos, a pedido dos presentes, será considerada a possibilidade de fazer mais almoços ao Domingo do que à quarta-feira, permitindo uma participação mais ampla da Comunidade.

Usou em seguida da palavra o Conselheiro das Comunidades portuguesas e também Presidente da Academia do Bacalhau do Cabo, que deu conta das dificuldades que atravessa na partilha de trabalho na Academia com vista à organização dos encontros periódicos, e que está já a ponderar também uma reorganização interna, que passará pela realização de eleições a breve trecho.

Seguiu-se a Liga da Mulher Portuguesa que, pelas vozes da sua Presidente nacional e da sua Presidente Regional, explanaram o trabalho que estão a desenvolver com vista à reorganização interna, registo junto das autoridades sul-africanas, revisão dos estatutos e realização de eleições com vista a assegurar uma maior participação por parte das Mulheres Portuguesas na África do Sul e uma coordenação mais ampla entre a Liga Mãe e as suas filiais regionais. Pretendem, de futuro, desenvolver de forma mais consistente o desígnio original da Liga, pensada como uma organização de cariz cultural (e não de beneficência como acabou por se tornar).

Em termos de eventos já programados para este ano, a Associação renovará tradições como o Arraial no mês de novembro, o Natal das crianças a 5 e 6 de dezembro, e uma festa de passagem de ano. A Liga da Mulher tem previsto um evento de pintura e promoção de artigos femininos a 23 de maio, o Desfile de Miss Portugal a 18 de julho, e a celebração do Dia nacional da Mulher no dia 8 de agosto (ou em data próxima para

poder fazê-lo no espaço da Associação). Também a Academia do Bacalhau organizará um almoço com o fiel amigo tão logo as instalações da Associação o permitam. Registo com apreço o facto de a revitalização da Associação estar a conduzir, graças à utilização dos seus espaços, a uma união entre as associações mais representativas da Comunidade portuguesa da Cidade do Cabo.

O Dr Joel Coelho, pela sua parte, informou sobre a participação da cantora Maria João no prestigiado Cape Town International Jazz Festival com um concerto de encerramento do Festival no dia 28 de março e sobre a vinda ao Cabo da autora de literatura infanto-juvenil, Isabel Ricardo, a 23 de maio. A registar ainda a participação nacional no Festival de Cinema Europeu em meados de setembro e a vinda do biógrafo de Fernando Pessoa, Richard Zenith, ainda sem data definida.

Passou-se em seguida ao ponto relativo às Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas. Por acordo entre os presentes, iremos festejar a Data Nacional no dia 14 de junho, um Domingo, por forma a reunir o maior número possível de membros da Comunidade e suas famílias. No dia 6 de junho realizar-se-á a Regata do Dia de Portugal, uma tradição instituída e que contará este ano novamente com apoios da DGACCP.

Será criado um Comité organizativo com vista ao evento do dia 14 de junho, tendo ficado já estabelecido que será cobrada uma quantia simbólica para a entrada.

O Coordenador do Ensino de Português na África do Sul aceitou o convite que lhe foi dirigido para participar. Tendo em conta o desejo de proceder, tal como em anos anteriores, à entrega de bolsas de estudo para alunos carenciados fazendo uso do Fundo fideicomisso estabelecido por Avelino da Costa em nome do Consulado com esse propósito e não tendo nenhum dos presentes memória da génese desta acção, a Cónsul irá contactar uma antiga funcionária do Consulado para procurar obter mais informações. O objetivo é não só fazer a entrega das bolsas, mas também honrar a memória daquele cidadão nacional.

Tempo ainda para o Coordenador do Ensino de Português na África do Sul esclarecer os presentes sobre o ensino do Português na Cidade do Cabo, onde existem actualmente dois horários (um do ensino básico e primário, e um para o ensino secundário) e dois

professores, largamente insuficiente para a procura que se regista. Tendo sido aberto um horário suplementar para o secundário, está em curso um concurso para a contratação de mais um professor, o que permitirá uma maior oferta.

Finalmente, ficou decidida a criação de um Grupo WhatsApp para o Conselho Consultivo a fim de agilizar a comunicação e a troca de informações entre os seus membros.

Por nada mais haver a tratar, a reunião foi encerrada, tendo sido lavrada a presente Ata, que será assinada por todos os membros do Conselho Consultivo presentes na reunião.

---

Patrícia Cadeiras

---

Gina Brazier

---

Miguel Ribas

---

*Rui Santos*

Rui Santos

---

Joel Coelho

---

Vítor Medina

---

Marinela Carmo

---

Joel Coelho



CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS  
CONSELHO REGIONAL DE ÁFRICA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2025/2026  
CONSELHEIRA ELIZABETE CONCEIÇÃO ANTUNES GOMES SERRÃO  
ÁFRICA DO SUL (PRETÓRIA)

1. Enquadramento Geral

O presente relatório visa apresentar, de forma sistematizada, as atividades desenvolvidas durante o ano de 2025 e início de 2026, no âmbito das funções exercidas enquanto Conselheira das Comunidades Portuguesas pela África do Sul.

A atividade desenvolvida teve como principais objetivos:

1. Reforçar a representação institucional da comunidade portuguesa;
2. Promover melhores condições sociais e económicas para os cidadãos portugueses;
3. Fortalecer o diálogo entre a comunidade e as autoridades portuguesas;
4. Contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas mais ajustadas às realidades da diáspora em África;
5. Apoiar diretamente cidadãos portugueses em situação de vulnerabilidade.
6. A intervenção realizada procurou sempre privilegiar uma abordagem prática, próxima da comunidade e orientada para soluções concretas.

2. Atividades Institucionais

Fevereiro de 2025

Participação em sessão institucional no Consulado-Geral de Portugal em Joanesburgo

No dia 26 de Fevereiro de 2025, participei numa sessão institucional realizada no Consulado-Geral de Portugal em Joanesburgo, com a presença do Senhor Embaixador de Portugal na África do Sul, Dr. Carlos Costa Neves.

Este encontro permitiu:



## CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS CONSELHO REGIONAL DE ÁFRICA

1. Reforçar o diálogo entre a Missão Diplomática e os representantes da comunidade;
2. Identificar preocupações prioritárias da comunidade portuguesa;
3. Promover maior articulação institucional entre os órgãos representativos da diáspora e o Estado Português.

### **Abril de 2025**

Organização da Reunião Anual do Conselho Regional das Comunidades Portuguesas em África

Nos dias 5 e 6 de Abril de 2025, participei na organização da reunião anual do Conselho Regional das Comunidades Portuguesas em África.

Esta reunião contou com a presença de representantes diplomáticos e institucionais portugueses, incluindo:

1. Embaixador de Portugal na África do Sul
2. Cônsul-Geral do Consulado de Portugal
3. Responsáveis da Secção Consular
4. Coordenador do Ensino de Português
5. Adido Social

Foram debatidos temas estruturantes, incluindo:

1. Situação social das comunidades portuguesas em África;
2. Funcionamento dos serviços consulares;
3. Ensino da língua portuguesa;
4. Apoio social aos cidadãos portugueses;



## CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS CONSELHO REGIONAL DE ÁFRICA

5. Desafios económicos enfrentados pelas comunidades.
6. Esta reunião constituiu um importante momento de coordenação estratégica regional.

No dia 14 de Abril de 2025, participei na reunião do Conselho Consultivo, onde foram discutidos temas relevantes como:

1. Melhoria do funcionamento dos serviços consulares;
2. Alargamento de atos consulares sem marcação;
3. Organização do atendimento;
4. Necessidades prioritárias da comunidade portuguesa.
5. Estas iniciativas refletem esforços positivos no sentido de tornar os serviços consulares mais acessíveis e eficientes.

### Maio de 2025

Comissão Temática das Questões Sociais, Económicas e dos Fluxos Migratórios

Nos dias 26 e 27 de Maio de 2025, participei nas reuniões presenciais desta Comissão Temática do CCP.

Entre os temas discutidos destacam-se:

1. Tributação dos emigrantes;
2. Programa Regressar;
3. Apoio social na diáspora;
4. Sustentabilidade das comunidades portuguesas no estrangeiro;
5. Políticas económicas dirigidas aos emigrantes.

Estas reuniões permitiram contribuir para a reflexão estratégica sobre políticas públicas



## CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS CONSELHO REGIONAL DE ÁFRICA

dirigidas às comunidades portuguesas.

### Junho de 2025

Participação nas comemorações do Dia de Portugal

Nos dias 9 e 10 de Junho de 2025, participei nas comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

Estas celebrações constituem momentos fundamentais de afirmação da identidade portuguesa, reforçando o sentimento de pertença e a ligação entre a diáspora e Portugal.

### Setembro e Outubro de 2025

Reuniões da Comissão Temática (formato virtual)

Participei nas reuniões realizadas em:

1. 27 de setembro de 2025
2. 29 de outubro de 2025

Foram abordados temas prioritários como:

1. Situação social da comunidade
2. Identificação de situações de vulnerabilidade social, especialmente:
3. Idosos isolados;
4. Famílias com dificuldades económicas;
5. Situações de exclusão social.

Foi defendido o reforço de mecanismos de apoio social através da cooperação entre o Estado Português, associações e instituições locais.



## CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS CONSELHO REGIONAL DE ÁFRICA

### Desenvolvimento económico

Foi defendida a criação de redes de empreendedorismo luso-sul-africanas e o reforço da cooperação com entidades como a AICEP e a Câmara de Comércio Portuguesa.

### Segurança comunitária

Foi destacada a necessidade de:

1. Reforçar mecanismos de apoio a vítimas de criminalidade;
2. Melhorar a articulação com autoridades locais;
3. Criar redes de apoio comunitário.
4. Fortalecimento do associativismo
5. Foi reconhecido o papel essencial das associações portuguesas como pilares da coesão social da comunidade.

### Novembro 2025

Particpei num evento organizado pela Instituição Os Lusíadas, realizado nas instalações da ACP (Associação da Comunidade Portuguesa em Pretória), o qual contou com a presença de vários dignitários, diplomatas e membros destacados da comunidade portuguesa.

Este evento contribuiu para o reforço das relações institucionais entre associações portuguesas, bem como para a valorização do papel das organizações comunitárias na preservação da cultura portuguesa e no fortalecimento da coesão da comunidade na África do Sul.

### Visita a lar de idosos

Visitei um lar de idosos da comunidade portuguesa, com o objetivo de acompanhar de perto as necessidades dos cidadãos portugueses mais idosos e as condições de apoio social existentes.



## CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS CONSELHO REGIONAL DE ÁFRICA

Esta visita permitiu uma melhor compreensão dos desafios enfrentados pela população sénior da comunidade e reforçou a importância de continuar a promover iniciativas de apoio social dirigidas aos mais vulneráveis.

### Participação em cerimónias religiosas da comunidade

Particpei na cerimónia de nomeação do Frei Hilário, enquanto responsável religioso da comunidade portuguesa, bem como na cerimónia de acolhimento do seu sucessor, Dionísio da Costa, após a sua saída.

Estas cerimónias são importantes momentos de união da comunidade portuguesa e refletem o papel relevante das instituições religiosas na promoção da coesão social, apoio espiritual e preservação das tradições portuguesas.

### Participação em evento empresarial – Cell C e SAPCC

Particpei num evento organizado pela Cell C em colaboração com a South African Portuguese Chamber of Commerce (SAPCC), no qual foram homenageadas personalidades e empresas que se destacaram pelo seu contributo para o desenvolvimento económico e social da comunidade portuguesa na África do Sul.

Este evento destacou a importância do empreendedorismo português e luso-descendente na África do Sul, bem como o seu contributo para o crescimento económico, criação de emprego e fortalecimento das relações comerciais entre Portugal e a África do Sul.

A participação neste tipo de iniciativas permite também reforçar o reconhecimento do papel da comunidade portuguesa no tecido económico sul-africano.

### **3. Intervenção Social e Apoio Direto à Comunidade**

Uma parte essencial da minha atividade tem sido o apoio direto a membros da comunidade portuguesa, especialmente cidadãos em situação de vulnerabilidade.

#### Apoio jurídico pro bono

A pedido da Embaixada de Portugal, prestei apoio jurídico gratuito a uma cidadã portuguesa idosa em situação de extrema fragilidade económica e em risco de perder a sua habitação.



## CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS CONSELHO REGIONAL DE ÁFRICA

A intervenção incluiu:

1. Avaliação jurídica detalhada;
2. Estratégia de proteção legal;
3. Intervenção junto de entidades competentes;
4. Acompanhamento contínuo do caso.

A intervenção permitiu evitar a perda da habitação da cidadã, demonstrando a importância de uma atuação próxima e humanizada junto da comunidade.

Continuo igualmente a prestar assistência jurídica gratuita a membros da comunidade portuguesa, incluindo através do meu trabalho com organizações comunitárias, nomeadamente no apoio a mulheres e cidadãos em situação económica difícil.

Foi prestado apoio jurídico, em regime pro bono, à Liga da Mulher Portuguesa na África do Sul, nomeadamente através da assessoria na revisão e estruturação do regulamento interno da instituição, bem como na verificação da sua conformidade com a legislação aplicável na África do Sul.

Este apoio incluiu ainda a orientação quanto ao cumprimento das obrigações legais e regulamentares aplicáveis a organizações desta natureza, com vista a assegurar a sua boa governação, transparência institucional e conformidade jurídica.

### 4. Contributos Técnicos e Institucionais

#### Fevereiro de 2026

Parecer jurídico sobre a Estratégia Nacional para o Envelhecimento Digno na Diáspora

No dia 25 de fevereiro de 2026, apresentei um parecer técnico sobre a proposta de reformulação do ASEC.

O parecer destacou a necessidade de:



## CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS CONSELHO REGIONAL DE ÁFRICA

1. Estrutura jurídica clara;
2. Sustentabilidade financeira;
3. Regulamentação adequada;
4. Proteção de dados pessoais;
5. Mecanismos de fiscalização;
6. Clarificação institucional.
7. Defendi que políticas públicas estruturais dirigidas à diáspora devem assentar em bases jurídicas sólidas e em modelos financeiramente sustentáveis.

### Participação em Reunião Extraordinária do Conselho Permanente

No dia 6 de Março de 2026, participei na reunião extraordinária do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas, realizada em formato virtual.

Durante a reunião foi destacada a importância de os Conselheiros tomarem conhecimento aprofundado dos regulamentos internos dos respetivos Conselhos Regionais e das Comissões Temáticas, enquanto instrumentos fundamentais para assegurar o bom funcionamento institucional e a eficácia do trabalho desenvolvido no âmbito do CCP.

Na sequência desta orientação, procedeu-se à impressão dos Regulamentos Internos do Conselho Regional de África, tendo os mesmos sido distribuídos aos Conselheiros para a reunião anual do Conselho Regional das Comunidades Portuguesas em África, com a recomendação de que todos procedam à sua leitura e confirmem o conhecimento do respetivo conteúdo, promovendo assim uma atuação institucional mais informada e alinhada com as normas internas.

### 5. Prioridades Estratégicas Identificadas

Com base no trabalho desenvolvido, identifiquei como prioridades estratégicas:

#### Área Social



## CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS CONSELHO REGIONAL DE ÁFRICA

1. Reforço do apoio a idosos portugueses no estrangeiro;
2. Apoio a cidadãos em situação de vulnerabilidade;
3. Reforço das respostas sociais comunitárias.

### Área Económica

4. Promoção do empreendedorismo luso-descendente;
5. Apoio a empresários portugueses;
6. Reforço da cooperação económica Portugal–África do Sul.

### Área de Segurança

7. Reforço dos mecanismos de proteção da comunidade;
8. Apoio a vítimas de criminalidade;
9. Cooperação institucional em matéria de segurança.

### Área Consular

10. Melhoria dos tempos de atendimento;
11. Reforço dos recursos consulares;
12. Apoio jurídico em matérias migratórias.

### Área Cultural e Educativa

13. Expansão do ensino do português;



## CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS CONSELHO REGIONAL DE ÁFRICA

14. Apoio ao associativismo;
15. Promoção de iniciativas culturais;
16. Apoio a jovens luso-descendentes.

### **6. Recomendações Estruturais**

Considero particularmente importante:

1. Avaliar a criação de estruturas de apoio a idosos em Pretória;
2. Reforçar programas de apoio social na diáspora;
3. Promover programas de formação profissional;
4. Incentivar programas de capacitação económica;
5. Reforçar a coordenação entre CCP, Embaixadas e associações.

Destaco igualmente a importância de desenvolver programas de formação profissional para cidadãos portugueses com menores recursos, permitindo melhorar a sua empregabilidade e integração económica.

### **7. Conclusão**

O trabalho desenvolvido ao longo deste período procurou afirmar uma representação ativa, próxima e interventiva da comunidade portuguesa na África do Sul.

A minha atuação tem sido orientada por três princípios fundamentais:

1. Proximidade à comunidade
2. Intervenção prática
3. Responsabilidade institucional.



CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS  
CONSELHO REGIONAL DE ÁFRICA

Continuarei empenhada em:

- i. Defender os interesses dos portugueses na África do Sul;
- ii. Promover melhores condições sociais;
- iii. Reforçar a ligação entre Portugal e a sua diáspora; e
- iv. Contribuir para soluções concretas para os desafios existentes.

Reafirmo o meu compromisso de continuar a exercer este mandato com sentido de responsabilidade, espírito de serviço público e dedicação às comunidades portuguesas.

Atenciosamente,

Dra. Elizabete Conceição Antunes Gomes Serrão  
Conselheira das Comunidades Portuguesas – Conselho Regional da África  
Presidente do Conselho Regional das Comunidades Portuguesas em África  
Cell: +27 82 893 6410  
E-mail: [liz@deoliveiraserrao.com](mailto:liz@deoliveiraserrao.com)